

A REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB) E AS POPULAÇÕES INDÍGENAS NO BRASIL DO II REINADO (1839-1889)

Lucio Taden Mota^{*}

Resumo. Este trabalho tem como finalidade apresentar e discutir a presença de temas relacionados às populações indígenas publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Brasil do II Reinado (1839-1889). Essa abordagem se justifica pela relevância da discussão sobre o que fazer com as populações indígenas no contexto da constituição do Estado Nacional brasileiro. Acreditamos que ela pode contribuir não somente para a compreensão dos conteúdos presentes nas políticas indigenistas do Império Brasileiro, mas também para o conhecimento de muitos outros aspectos dos grupos indígenas que viviam e se relacionavam com a sociedade imperial envolvente.

Palavras-chave: etnohistória indígena; relações interculturais; Brasil Império.

THE BRAZILIAN HISTORICAL AND GEOGRAPHICAL INSTITUTE REVIEW (IHGB) AND THE BRAZILIAN INDIGENOUS POPULATIONS DURING THE SECOND REIGN (1839-1889)

Abstract. Themes on Brazilian indigenous populations in the Historical and Geographical Institute Review during the Second Reign (1839-1889) are provided. Current approach is justified due to the relevance of the discussion on what could be done with indigenous populations within the context of the constitution of the Brazilian nation-state. Research may contribute towards an understanding of items in indigenous policies of the Brazilian Empire and for a better knowledge on the various native groups and their relationship with the imperial society surrounding them.

Key words: indigenous ethnical history; intercultural relationships; Brazilian Empire.

^{*} Professor no Departamento de História e pesquisador no Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações – Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: ltmota@uem.br

LA REVISTA DEL INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEÑO (IHGB) Y LAS POBLACIONES INDÍGENAS DE BRASIL DURANTE EL SEGUNDO REINADO (1839-1889)

Resumen. Este trabajo tiene como finalidad presentar y discutir la presencia de temas relacionados con las poblaciones indígenas publicados en la Revista del Instituto Histórico y Geográfico Brasileño, durante el Segundo Reinado (1839-1889), en Brasil. Este abordaje se justifica por la relevancia de la discusión en torno a qué hacer con las poblaciones indígenas en el contexto de la constitución del Estado Nacional brasileño. Creemos que ello puede contribuir no sólo a la comprensión de los contenidos presentes en las políticas indigenistas del Imperio Brasileño, sino también al conocimiento de muchos otros aspectos de los grupos indígenas que vivían y se relacionaban con la sociedad imperial que los envolvía.

Palabras clave: etnohistoria indígena; relaciones interculturales; Brasil Imperial.

INTRODUÇÃO

O período que se propõe discutir (1839 -1889), ou seja, o II Reinado,¹ é caracterizado pelo intenso processo de conscientização da elite brasileira em trabalhar de forma mais acentuada para a continuação do processo de formação do Estado Nacional brasileiro e a delimitação do território nacional, à época ainda ocupado, em grandes proporções, por grupos indígenas. Nesse sentido, o Estado, em conjunto com a elite intelectual nacional abrigada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), passou a discutir as atitudes a tomar em relação às populações indígenas. A Revista do IHGB tornou-se, a partir de 1839, data de sua fundação, um importante veículo de difusão dos debates, idéias e propostas com relação ao destino das populações indígenas que ocupavam o território nacional em construção.

¹ BADECCHI, Brasil. "Segundo Reinado". In: **História do Brasil**. São Paulo: Didática Irradiante, 1970. p. 186-191. Este autor coloca que o *Golpe da Maioridade* ocorreu em 23 de julho de 1840, porém o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi fundado em 1838 e teve sua primeira Revista publicada em 1839. Assim acredito que poderemos nominar o período da pesquisa (1839-1889) como Segundo Reinado, mesmo que o *Golpe* tenha ocorrido um ano depois da primeira publicação da Revista.

Num primeiro momento a pesquisa procurou verificar as principais características e formatos da Revista do IHGB. Percebemos que a sua intitulação se alterou várias vezes desde a primeira publicação em 1839, até 1906, quando recebeu a denominação atual. Ela passou pelos seguintes títulos:

- Revista Trimensal de História e Geografia, de 1839 a 1850;
- Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, de 1851 a 1857;
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1858;
- Revista Trimensal do Instituto Geográfico e Etnográfico do Brasil, de 1859 a 1886;
- Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de 1887 a 1905;
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de 1906 a 1911;
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de 1912 a 1936 e
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a partir de 1937.

Os exemplares eram anuais, porém divididos sempre em trimestres; assim cada exemplar era constituído de quatro volumes. São nomeados por tomos e enumerados um a um em seqüência, de acordo com o ano de sua publicação. Até o Tomo VII (1845), cada volume trimestral é numerado, na seqüência, do número 1 ao 28. O Tomo VIII é numerado de 1 a 4, e a partir daí, os tomos IX ao XIV são identificados apenas pelos trimestres ao qual pertencem (1º ao 4º trimestre). Novamente, do Tomo XV ao XIX os trimestres são numerados do número 5 ao 24, e a partir do Tomo XX retornam à identificação somente pelo número do trimestre.

Para análise dos tomos I (1839) ao LII (1889), período do II Reinado², foi organizada uma **ficha de identificação** (anexo 1) para cada artigo encontrado, na qual anotamos os dados de identificação do artigo: ano, tomo, volume, número, parte, página, título, autor, etnia, assunto e resumo do texto.

A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL E AS POPULAÇÕES INDÍGENAS

A literatura relativa à construção da nação brasileira e suas relações com as populações indígenas nos revela pontos importantes para compreendermos as intenções contidas nos artigos publicados na RIHGB. Uma das preocupações centrais era a questão da delimitação de territórios fronteiriços, ocupados em larga escala por grupos indígenas. Outra preocupação era o que fazer com os grandes contingentes populacionais (grupos indígenas) que manejavam esses territórios, ou vagavam, perambulavam, *infestavam-nos*, como se dizia na época. Tais territórios eram de interesse dos potentados locais, que exigiam que o Estado retirasse deles os grupos indígenas para deles se apossarem, o que fez com que o Estado Imperial e os governos provinciais se obrigassem a elaborar políticas indigenistas específicas, na tentativa de aldear, “civilizar”, e integrar o indígena na sociedade brasileira.³

Segundo Moreira Neto,

O Segundo Império é caracterizado pela emergência de um processo de auto-identificação do país, como nação essencialmente européia por origem, cultura, organização político-institucional e, acima de tudo, por vocação e por destino. O regime monárquico e a presença no trono de um membro da casa real da ex-metrópole, ligado pelo sangue e pela tradição às famílias reinantes na Europa, legitimava, aos olhos do pensamento oficial, a crença na excepcionalidade do caso

² A pesquisa continua analisando o tema no período republicano com uma segunda etapa entre 1889 a 1911 por ocasião da criação do Serviço de Proteção ao Índio, e esta planejada uma terceira etapa correspondente ao SPI entre 1911 a 1975 por ocasião da transformação do SPI em FUNAI.

³ Para uma discussão sobre as diversas formulações de como resolver a questão indígena no Brasil Império, ver Lúcio Tadeu MOTA, **O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no Estado Nacional**, In: *Diálogos*, v. 2, p. 149-176, 1998.

brasileiro, país civilizado, monárquico, branco e europeu, diverso em tudo de seus vizinhos, entregues à barbárie, ao atraso e à instabilidade crônica de seus regimes políticos. (Moreira Neto, 1971, p. 7-8)

Nesse sentido, é correto afirmar que o processo de construção da nação brasileira, que se acirrou no II Reinado, estava também arraigado em valores ideológicos e colonialistas, influenciados pelos moldes europeus de superioridade quanto à organização das nações e quanto aos aspectos culturais da raça branca que lá predominavam. Este caráter europeu impunha ao mundo a ocidentalização, como se pretendia no Brasil.

Não obstante, ao nos remetermos às características raciais e culturais existentes no Brasil, percebemos a significativa diferença do contexto europeu, o que dificultava a construção da nação brasileira e a legitimação das políticas específicas, ou seja, as políticas indigenistas.

Outro aspecto também considerável ao pensarmos em políticas indigenistas no II Reinado é abordado por Moreira Neto:

Ao tratar da problemática indígena no século XIX, é indispensável correlacionar os valores e interesses dominantes da estrutura agrária do país (que então começa a se desenvolver segundo o seu caráter atual em grandes fazendas privadas para produção de café e outras gêneros de exportação) (...) (Moreira Neto, 1971, p. 9)

Podemos compreender que a ocupação do território brasileiro por populações indígenas dificultava a expansão das grandes propriedades, uma vez que os indígenas ofereciam resistência à desocupação de seus territórios. Assim *os problemas concernentes aos indígenas não se apresentarão como eventos isolados, limitados a determinados grupos, áreas ou situações, mas como fenômenos genéricos e universais, afetando, de uma ou outra sorte, toda (...) a população indígena remanescente.* (Moreira Neto, 1971, p. 9).

Além disso, outro fator relacionado com as grandes propriedades legitima as políticas indigenistas: a necessidade de mão-de-obra nas grandes propriedades, até então suprida por escravos africanos (grupos étnicos que também não estavam inseridos nos planos de construção de uma sociedade europeizada). Tendo-se em vista a preocupação da elite brasileira de que o país não possuísse maioria populacional negra e *preservasse a identidade étnica e cultural* com as matrizes européias (Moreira

Neto, 1971, p. 9), bem como a consciência de que após a abolição do tráfico escravo, em 1850, a escravidão estava em via de extinção, o trabalho indígena foi fator considerável para a substituição do trabalho escravo, juntamente com o do colono livre, o imigrante europeu.

Dessa forma, as populações indígenas brasileiras seriam inseridas na sociedade do trabalho, este utilizado como forma de disciplina, reeducação, aculturação e integração na nação brasileira, uma vez que (...) *a política indigenista brasileira, durante o século XIX, (...) representava a negação do direito aos índios de aspirar tanto à autonomia cultural e política quanto à posse das terras que, tradicionalmente, ocupavam* (Moreira Neto, 1971, p. 71).

Existem ainda outros aspectos que também devem ser levados em consideração ao nos referirmos às políticas indigenistas, pois

(...) a política indigenista do Brasil império se pautou pelas necessidades da sociedade envolvente, e não pelas necessidades das comunidades indígenas. As ações governamentais estiveram voltadas muito mais para os objetivos da sociedade dominante do que para os propósitos humanitários de defesa dos índios, como se fez crer. Foram os interesses da sociedade nacional que imprimiram a política indigenista do Estado brasileiro, e ela esteve condicionada e foi desenhada de acordo com os interesses das elites agrárias no movimento de expansão de seus domínios. O que estava em jogo (...) era a posse dos imensos territórios indígenas. (Mota, 1998, p. 4)

A partir do exposto, entendemos que as *comunidades indígenas sofreram um processo acelerado para se ‘ajustarem’, ou se ‘integrarem’ à sociedade envolvente*. (Mota, 1998, p. 4) Assim, em meados do século XIX, segundo Mota, ocorreu um importante marco, que deve ser considerado ao nos referirmos a “integração” indígena, ou seja,

(...) o decreto n. 426, de 24/07/1845, que regulamentava as Missões de Catequese dos Índios. O decreto tinha como eixo central a fixação das populações indígenas em determinadas áreas, impunha-lhes a tutela governamental e instituía o paternalismo administrativo. Essa legislação é uma das representações das práticas da sociedade envolvente na sua expansão pelos territórios indígenas (Mota, 1998, p. 4).

Além disso, podemos compreender também como as políticas indigenistas se pautavam na superioridade da raça branca européia e na

perspectiva da ocidentalização do mundo, fatores que nortearam o projeto de construção da nação brasileira. É sob esse aspecto que se justifica a participação dos intelectuais, dos letrados e das elites no sentido de sugerir e influenciar o Estado na elaboração das políticas indigenistas.

Pensando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nesse contexto, concordamos com Manoel L. S. Guimarães, para quem o IHGB pode ser caracterizado como *um órgão formado por esta elite, diretamente ligada ao Estado Imperial e que trazia em seu caráter a principal tarefa de traçar a historiografia, o perfil e a identidade da nação brasileira em processo de consolidação* (GUIMARÃES, 1998, p. 6).

A leitura da história empreendida pelo IHGB está, assim, marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a, contudo numa tradição de civilização e progresso, idéias tão caras ao iluminismo. A Nação, cujo retrato o Instituto se propõe traçar, deve, portanto, surgir com o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e européia. Tarefa sem dúvida a exigir esforços imensos, devido à realidade social brasileira, muito diversa daquela que se tem como modelo. (GUIMARÃES, 1998, p. 8)

Nesse sentido, coube ao IHGB se tornar um instrumento representante do processo civilizador, do progresso. Assim, os membros participantes desse órgão pertenciam à elite, ao governo, ao clero; eram os letrados e estudiosos, inseridos nas perspectivas européias de organização política, social e cultural. Assim, podemos citar outros aspectos do IHGB, no que tange à verticalização para as questões indígenas. Segundo Guimarães,

A perspectiva de englobar na instituição estudos de natureza etnográfica, arqueológica e relativos às línguas dos indígenas brasileiros pode ser explicada a partir da própria concepção de escrita da história partilhada pelos intelectuais que a integravam. Presos ainda à concepção herdada pelo iluminismo, de tratar a história enquanto processo linear e marcado pela noção de progresso, nossos historiadores do IHGB empenhavam-se na tarefa de explicitar para o caso brasileiro essa linha evolutiva, pressupondo certamente o momento que definiam como o coroamento do processo. Nesse sentido, lançar mão dos conhecimentos arqueológicos, lingüísticos e

etnográficos seria a forma de se ter acesso a uma cultura estranha – a dos indígenas existentes no território –, cuja inferioridade em relação à “civilização branca” poderia ser, através de uma argumentação científica, como pretendiam, explicitada. Por outro lado, esse mesmo instrumento capacitaria o investigador da história brasileira a recuperar a cadeia civilizadora, demonstrando a inevitabilidade da presença branca como forma de assegurar a plena civilização. (GUIMARÃES, 1998, p. 11)

Guimarães aponta também que a temática indígena proporcionava relevantes e acirradas discussões e debates entre os sócios do IHGB, principalmente no que tange à *viabilidade da nacionalidade brasileira estar representada pelo indígena*. (GUIMARÃES, 1998, p. 11)

Dessa forma, quando da publicação da Revista do IHGB, a partir de 1839, os trabalhos voltados para as questões indígenas ocupariam expressivo espaço, *numa clara demonstração de que a reflexão sobre a “questão indígena” era parte substancial da discussão mais ampla relativa à questão nacional*. Estes trabalhos abordavam os *diferentes grupos, seus usos, costumes, sua língua, assim como das diferentes experiências de catequese empreendidas e o aproveitamento do índio como força de trabalho*⁴ (GUIMARÃES, 1998, p. 19-20).

Nessa perspectiva, o IHGB incentivaria excursões pelo interior do Brasil, com o intuito de coletar material, principalmente material referente aos diversos grupos indígenas, para contribuir para a escrita da história nacional e para o conhecimento das culturas indígenas existentes no vasto território brasileiro.

Destarte, compreendemos que esta questão está inserida num contexto amplo de discussões e debates pertinentes à construção da nação brasileira. A análise do conteúdo publicado na Revista do IHGB relativo à questão indígena comprovará a relevância do tema.

A PAUTA DA REVISTA DO IHGB E A TEMÁTICA INDÍGENA

A Revista do IHGB publicou nos seus primeiros 52 tomos, no período de 1839 a 1889, um total de 1406 artigos, sendo 274 artigos

⁴ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Revista Estudos Históricos** 1 – Caminhos da Historiografia, Cpdoc, FGV, 1988. p.19-20.

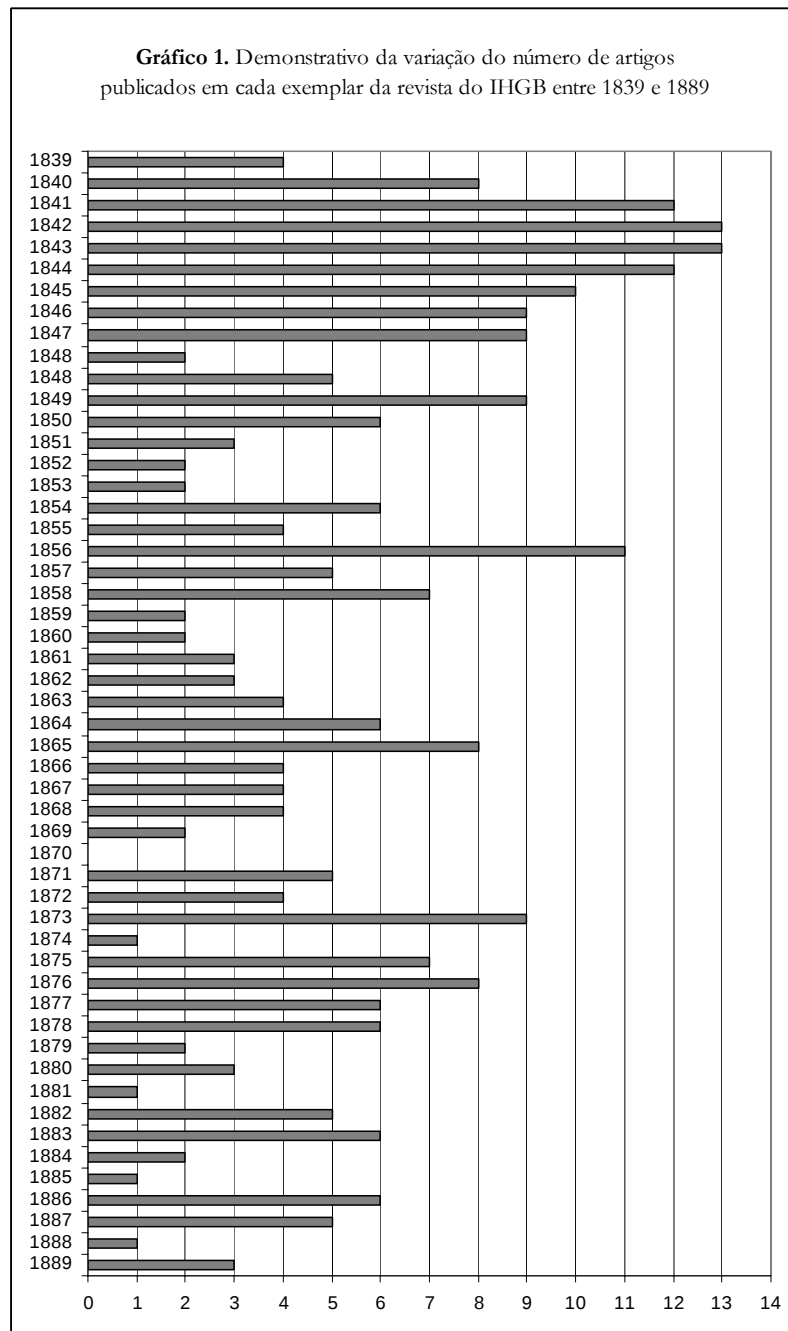
relacionados com questões indígenas, ou seja, quase vinte por cento (19,48%) da pauta da RIHGB eram ocupados com a temática indígena.

O quadro abaixo, com o percentual de artigos sobre as questões indígenas publicados na Revista do IHGB, em relação ao número total de artigos em cada tomo da Revista do IHGB entre 1839-1889, comprova a relevância da questão no âmbito do IHGB, uma vez que constatamos que somente o Tomo XXXIII (1870), dos cinquenta e dois pesquisados, não trouxe nenhum artigo referente aos grupos indígenas.

Quadro 1. Demonstrativo do percentual de artigos sobre questões indígenas em relação ao número total de artigos publicados na Revista do IHGB

Ano	Tomo	N. total de publicações	N. de artigos sobre indígenas	%
1839	I	39	04	10,2%
1840	II	45	08	17,7%
1841	III	41	12	29,2%
1842	IV	28	13	46,4%
1843	V	46	13	28,2%
1844	VI	48	12	25,0%
1845	VII	34	10	29,4%
1846	VIII	27	09	33,3%
1847	IX	23	09	39,1%
1848	X	21	05	23,8%
1848	IV	38	02	5,2%
1849	V	23	09	39,1%
1850	XIII	16	06	37,5%
1851	XIV	06	03	50,0%
1852	XV	23	02	8,6%
1853	XVI	16	02	12,5%
1854	XVII	16	06	37,5%
1855	XVIII	27	04	14,8%
1856	XIX	27	11	40,7%
1857	XX	40	05	12,5%
1858	XXI	35	07	20,0%
1859	XXII	19	02	10,5%
1860	XXIII	29	02	6,8%
1861	XXIV	24	03	16,6%
1862	XXV	40	03	7,5%
1863	XXVI	24	04	16,6%
1864	XXVII	19	06	31,5%
1865	XXVIII	25	08	32,0%

1866	XXIX	26	04	15,3%
1867	XXX	26	04	15,3%
1868	XXXI	31	04	12,9%
1869	XXXII	27	02	7,4%
1870	XXXIII	33	00	0,0%
1871	XXXIV	24	05	20,8%
1872	XXXV	23	04	17,3%
1873	XXXVI	23	09	39,1%
1874	XXXVII	22	01	4,5%
1875	XXXVIII	23	07	30,4%
1876	XXXIX	29	08	27,5%
1877	XL	25	06	24,0%
1878	XLI	24	06	25,0%
1879	XLII	21	02	9,5%
1880	XLIII	22	03	13,6%
1881	XLIV	10	01	10,0%
1882	XLV	34	05	14,7%
1883	XLVI	35	06	17,0%
1884	XLVII	40	02	5,0%
1885	XLVIII	18	01	5,5%
1886	XLIX	28	06	21,4%
1887	L	21	05	23,8%
1888	LI	26	01	3,8%
1889	LII	16	03	18,7%
TOTAL	52	1406	274	20,77%



ANALISE DOS ARTIGOS

Os autores

Como já mencionado, os autores dos artigos fazem parte da elite brasileira do século XIX. Eram participantes do clero (cônegos, padres, freis), como também portadores de título de nobreza, como o Barão de Antonina, o Visconde de Porto Seguro e outros, além de militares membros da guarda nacional com título de general, major, tenente, etc.

Todos esses autores, portadores de diferentes posições ideológicas, tratam de expor suas idéias em relação ao processo de “civilização” dos índios. Uns defendiam a paz do cristianismo através da catequese, em oposição à guerra e ao extermínio; outros, no extremo do gradiente, justificavam o extermínio, a guerra aos grupos indígenas como único método para dominá-los, já que muitos deles demonstraram não ser “confiáveis” mesmo após aldeados.

As etnias

De modo geral, os artigos abordam grupos indígenas de todo o Brasil. Alguns inclusive relatam informações de questões indígenas de outras regiões da América do Sul, como o Paraguai e o Peru. No Tomo XXX foi publicado um artigo que compara os índios do Brasil com etnias asiáticas e da Oceania (malaio, polinésio e melanésio), e debate qual dos dois grupos estaria mais apto à civilização através do evangelho.

Nas publicações constam 203 etnias de todas as regiões do Brasil. O quadro a seguir mostra a nomenclatura das etnias estudadas e o número de vezes em que elas aparecem no período de 1839 a 1889. Não nos preocupamos aqui em analisar os vários aspectos e questões que o arrolamento das etnias suscita, como, por exemplo: quem são os nomeados de Tapuias, se os Carijós são os Guaranis; se os Coroados e Dorins são os Kaingangues; quem são os denominados bugres; e muitas outras que só pesquisas mais refinadas vão poder esclarecer. O intuito foi apenas elencar os nomes que os autores dos artigos utilizaram para nominar as populações indígenas existentes no Brasil imperial. O número de vezes em que elas aparecem revela a importância da etnia ou a intensidade das relações interculturais estabelecidas entre elas e a sociedade envolvente desde a chegada dos europeus.

N.	Etnias (com suas diversas formas d grafia como aparecem nos artigos da RIHGB)	Numero de vezes em que aparece na RIHGB - 1839/1889
1.	Guarani, Guarany, Guarenis	41
2.	Tupinambá, Topinambás, Tupinambás, Tupinambas	37
3.	Tapuyas, Tapuya, Tapuyos, Tapuia, Tapuias,	29
4.	Artigos que tratam da questão indígena de forma genérica sem nominação de etnia	26
5.	Tamoyos, Tamoyo, Tamoios, Tamouos,	25
6.	Tupy, Tupi, Tupis, Tupys	25
7.	Botucudos, Botocudo, Botecudos	24
8.	Carijós, Carijó	21
9.	Guaycuru, Guaycurus, Guaycurú, Guaycurús, Gauicurús, Guaicurus	17
10.	Aymorés, Aymoré, Aimorés	14
11.	Chavante, Chavantes, Chavantis,	13
12.	Tupinaquis, Tupinaguins, Tupinaquins, Topinaquis, Tupiniquin, Tupinikins, Tupinamquis, Tupiniquins, Topinaques,	13
13.	Cayapó, Caiapós, Cayapós	12
14.	Guayanazes, Guainazes, Goianazes, Guaianazes	12
15.	Coroados, Coroado	11
16.	Puris, Puri	11
17.	Goytacazes, Goitacazes, Goitakazes,	10
18.	Pitiguar, Pitigoares, Pitiguares, Petigar, Petiguares,	10
19.	Guanas, Guaná, Guanás, Ganaus, Guanans,	9
20.	Mura, Muras	9
21.	Appiacá, Apiacás, Apiacaz, Apiacá,	8
22.	Carajás	8
23.	Guatos, Guató, Guató	7
24.	Mundurucús, Mundurucus, Mundurucúz, Mundurucú, Mundurucus	7
25.	Payáguas, Payagoa, Payaguá, Payaguás, Payaguazes, Payágoazes	7
26.	Acroás, Acroá, Acoroá, Acoraoz, Acoroás,	6
27.	Nheegaybas, Nheengaybas, Nheengaibas, Nheemgaibes	6
28.	Timbirás, Timbiras, Tembiras,	6
29.	Tupinaes, Tupinaes, Tupynaes,	6
30.	Bororós, Bororó, Bororó	5
31.	Bugres	5
32.	Caités, Cayté, Cahetés, Caeté	5
33.	Cayuaz, Cayuá, Caiuaz	5
34.	Charrua, Charruas,	5
35.	Apinagés	4
36.	Baré, Bares,	4
37.	Laiana, Layana, Laihanas, Laianos	4
38.	Maués, Mauez, Mauís	4
39.	Potiguar, Potiguares,	4

40.	Terenas, Terena, Terenos	4
41.	Carajahis	3
42.	Cavalleiros	3
43.	Cherentes,	3
44.	Dorins, Dorin	3
45.	Gamelas, Gamellas	3
46.	Goya, Goya,	3
47.	Guayanás, Guayanas,	3
48.	Mamelucos	3
49.	Manáos, Manaós,	3
50.	Parecism, Parecís, Parecis	3
51.	Tabajara, Tapajaras,	3
52.	Uaicurus, Uaicurú,	3
53.	Uapixana, Uapixanas,	3
54.	Xocrens, Xocrem	3
55.	Amanajús, Amanajós,	2
56.	Amoipira, Amoypirás,	2
57.	Cabaços	2
58.	Caburicenas, Caburicena,	2
59.	Caraibas, Carahybas	2
60.	Croyás, Croá	2
61.	Genipapos	2
62.	Jyporocas, Jiporoças,	2
63.	Kainguang	2
64.	Macuxy, Macuxis,	2
65.	Maina, Mayna,	2
66.	Minuanos,	2
67.	Pacajá	2
68.	Papanazes,	2
69.	Patachós, Pataxós	2
70.	Sacamekrans	2
71.	Tapajó	2
72.	Uaupés, Uapés,	2
73.	Ubirajara, Ubirajaras,	2
74.	Votorôs, Votorons	2
75.	Abaité,	1
76.	Amboá,	1
77.	Anguibás,	1
78.	Anhuaques,	1
79.	Apáma,	1
80.	Apaunuariás	1
81.	Arapium	1
82.	Arara,	1
83.	Aratés,	1
84.	Aruaque,	1
85.	Atambues	1
86.	Aycurús,	1

87.	Baniúas,	1
88.	Berintim	1
89.	Cabelludos	1
90.	Cadiguayos	1
91.	Calábaca	1
92.	Cames	1
93.	Campeiros	1
94.	Canoeiros	1
95.	Carapeuára,	1
96.	Caraús	1
97.	Carayas	1
98.	Carcabas	1
99.	Caripúna	1
100.	Catavixi,	1
101.	Cauanás,	1
102.	Coutes,	1
103.	Cayababa	1
104.	Chamaúas	1
105.	Chambivas	1
106.	Chanás	1
107.	Chanés	1
108.	Charaós	1
109.	Coçá,	1
110.	Coropós,	1
111.	Coxiponé,	1
112.	Curinquans,	1
113.	Gajajaras,	1
114.	Gauyanazes	1
115.	Gavaís,	1
116.	Goazajés.	1
117.	Goyanás,	1
118.	Goyazes	1
119.	Goytacá,	1
120.	Guadaxó,	1
121.	Guainá	1
122.	Guaré,	1
123.	Guaxis	1
124.	Guayairus,	1
125.	Gueguez,	1
126.	Gurupã	1
127.	Guyanás	1
128.	Inca	1
129.	Inheiguaras	1
130.	Itati	1
131.	Jaguains	1
132.	Japiúnas,	1
133.	Jarus,	1

134.	Javaê	1
135.	Javais	1
136.	Jucá,	1
137.	Jumá,	1
138.	Juricunas,	1
139.	Juris	1
140.	Kinikinãos,	1
141.	Macohi	1
142.	Macotaes,	1
143.	Magués	1
144.	Mairaguiquí,	1
145.	Mamayanazes,	1
146.	Manamekrans	1
147.	Manaxó	1
148.	Maracaja,	1
149.	Marajoaras,	1
150.	Maránhánuns	1
151.	Marixitás	1
152.	Maromonis	1
153.	Matuzús,	1
154.	Mayripi,	1
155.	Moriacune	1
156.	Mucunis,	1
157.	Munduirú,	1
158.	Munduruais	1
159.	Orizes	1
160.	Pacaleque	1
161.	Pamas	1
162.	Paranaubis	1
163.	Parápáopinna,	1
164.	Paraviana,	1
165.	Parintins, Parintin,	1
166.	Pariqui,	1
167.	Pavavianas,	1
168.	Payacús,	1
169.	Payayazes	1
170.	Piocobgés	1
171.	Pipipões	1
172.	Pitagares,	1
173.	Procazes	1
174.	Punecutús,	1
175.	Purus	1
176.	Putis,	1
177.	Quinquenaos	1
178.	Saparás,	1
179.	Sapupés,	1
180.	Sorimão,	1

181.	Taconhapes,	1
182.	Tapaúma,	1
183.	Tappe, Tapes	1
184.	Tipili	1
185.	Triyu,	1
186.	Tupinamarama	1
187.	Tupisnambo,	1
188.	Tymorés	1
189.	Uaimirys,	1
190.	Uanani,	1
191.	Uerequenas,	1
192.	Uginas,	1
193.	Umás,	1
194.	Urarú,	1
195.	Urikena	1
196.	Viatá	1
197.	Vouê,	1
198.	Xamicococ	1
199.	Xapuenas	1
200.	Xerentes,	1
201.	Xocós,	1
202.	Xoelan	1
203.	Xpãos	1

Os assuntos abordados

Muitos foram os assuntos tratados ao longo dos artigos publicados na RIHGB. Para efeito de análise eles foram agrupados em torno de grandes temáticas significativas das relações interculturais estabelecidas entre os europeus e as populações indígenas do Brasil.

Etnografia

Foram localizados 75 artigos que trazem informações sobre as características, costumes e formas de vida dos grupos indígenas, os quais seriam as primeiras etnografias desses grupos. Mesmo relatos das viagens realizadas para cumprimento de objetivos comerciais ou militares, ao estabelecer relações com grupos ainda não contactados trazem diversos aspectos da vida desses indígenas: seus usos, costumes, leis, alianças, ritos e governo doméstico, diversidade das nações indígenas entre si, além dos comportamentos masculino e feminino, como aparece no relato do Padre Anchieta sobre os casamentos dos índios do Brasil. Muitos desses relatos descrevem brevemente as etnias que habitavam o Brasil mesmo antes da

chegada dos colonizadores portugueses, e procuram tratar das características religiosas dessas populações antes do contato com o cristianismo. Outros se propõem a expor o estado físico, moral e intelectual dos indígenas do Brasil. Em termos geográficos, as descrições etnográficas abrangem todo o território que mais tarde seria o Brasil. Diego Garcia, em 1526, percorreu o rio Paraguai e adjacências e narrou a existência dos índios Guaraní e Charrua nessa região, enfatizando que estes índios comiam carne humana. Outros artigos, ainda sobre a bacia do Paraguai, relatam as características dos Guanás e Uaicuru no século XV. Já o historiador Varnhagem apresentou as viagens de Américo Vesputio ao Brasil no início do século XVI, e é notável a descrição de um ataque de índios a uma tropa que desembarcou em terra, matando um marinheiro e o devorando logo em seguida. Outros viajantes relataram o seu convívio com os índios que denominaram “canibais”, apresentando algumas de suas características e seu comportamento antropofágico, com destaque principalmente para as doenças adquiridas que dizimavam muitas pessoas, tanto europeus como índios. Também há os relatos do desembarque dos franceses no Brasil no século XVI e os contatos que fizeram com os indígenas de várias etnias.

Pela calha do rio Amazonas, já em 1639 os relatos chegam até a província de Quito, no Peru. Investigam o grau de civilização de uma antiga nação aborígene da ilha de Marajó, e no contato com os Mundurucu o autor descreve seus costumes, principalmente a recepção feita pelos homens, que, com simpatia, oferecem de presente uma cabeça mumificada de uma índia Parintin. Apresenta a etnografia dos Mura e a caracterização dos índios que habitam a parte de cima e de baixo do rio Negro e de várias partes do Pará. Por fim, são abordadas as populações indígenas mestiças da Amazônia, com suas linguagens, crenças, e costumes.

No Nordeste relata-se a cultura dos diversos grupos indígenas. São dissertações históricas, etnográficas e políticas sobre os grupos que habitavam a província da Bahia ao tempo em que o Brasil foi conquistado. Características dos vários grupos indígenas que povoavam o Piauí também estão presentes, e outros narram a existência de índios de “ferozes e desumanos costumes” em Pernambuco desde seus primeiros povoados. E as descrições continuam com os grupos da província de Goiás, no Brasil Central.

Catequese e civilização

Esse é um dos assuntos mais abordados: em torno de 42 artigos trataram do tema da catequese e civilização dos índios. São artigos que discutem o papel das missões jesuíticas na conversão e civilização dos indígenas e vêem na catequese a melhor forma de tratar as populações indígenas, pois ela, em contraposição à força, à guerra e à violência, seria o meio mais adequado para transformar os índios em brasileiros. Muitos desses artigos tratam do cotidiano dos padres jesuítas na conversão dos indígenas, descrevem as missões, narram as maneiras de catequizar e civilizar indígenas e buscam mostrar a aceitação da religião cristã pelos índios. Os relatos dos trabalhos de conversão dos índios tratam do assunto desde a chegada dos padres jesuítas ao Brasil, em 1549, fazendo sua história cronológica e narrando o início do trabalho de catequese, com informações sobre as primeiras conversões realizadas. Apresentam a “Relação Anual das cousas que fizeram os padres da Companhia, etc.”, onde muitos são os feitos com vista à conversão dos indígenas. Discutem os progressos da catequese com afirmações de que os padres da Companhia de Jesus construíram missões e conseguiram domesticar muitos índios, trazendo-os para o comércio com gente civilizada. Outros artigos, ao tratar da catequese, relacionam-na com a possibilidade de inserir o indígena no trabalho. Os autores dos artigos relatam o descobrimento e ocupação do rio da Prata e a catequese dos índios Guarani, trazendo um catecismo na língua guarani. Questionam se, no estado em que se encontravam, os indígenas podiam receber a luz e a fé do evangelho. Relatam ainda a história dos jesuítas nas missões de catequese no Pará e Maranhão em 1600. Enfatizam a presença dos padres entre os índios Aimorés, considerados os mais bárbaros do Brasil, e a conversão dos Maramonis no colégio de Piratininga (SP). Também ressaltam a missão de catequese junto aos desconhecidos índios Paranaubis, o trabalho de conversão dos indígenas do Mucuri, a conversão dos indômitos Orizem Procazes do sertão da Bahia, e os aldeamentos do Rio de Janeiro. Descrevem os aldeamentos da província do Amazonas entre 1839 e 1854, e as missões que seriam pontos estratégicos entre o Maranhão e o Pará. Foram detectadas também muitas cartas de padres jesuítas escrevendo a seus superiores e relatando o andamento dos trabalhos de conversão e catequese realizados nos aldeamentos. Estas cartas solicitam aos superiores jesuítas o envio de mais recursos e mais pessoal para trabalhar na concretização do processo de catequização. Muitas destas cartas relatam os bons resultados conseguidos com os aldeamentos, a catequese e os batismos, o que

justifica a continuação do trabalho e as perspectivas do sucesso na civilização. Mas no geral todos eles, ou quase todos, defendem a catequese e o método jesuítico para a civilização indígena como o único meio de promover o aumento da população do Império e civilizar os índios. Essa proposição é tão forte dentro do IHGB que sensibiliza Dom Pedro a implementar as “Colônias Indígenas” por todo o Brasil, nos moldes da catequese do período colonial, a partir de 1845.

Relações interculturais

Agrupamos neste item o conteúdo de mais de 80 artigos que tratam das relações dos grupos étnicos entre si e de suas relações com as populações vindas da Europa, ressaltando que os conteúdos da RIHGB apontam que os primeiros povoadores da costa brasileira foram degredados portugueses, mas também existiram holandeses, franceses, judeus, negros e ciganos, revelando a riqueza das relações interculturais que ocorreria.

Alguns desses artigos tratam das guerras entre as diferentes nações indígenas. Informam, por exemplo, sobre os conflitos entre os Carajás e Apinagés no Brasil Central, relatam diversos conflitos entre os Aycurus e Cayapós e tratam da migração dos índios Cayuás (gurani Kayowá) de Mato Grosso para o Paraná como estratégia para fugir dos muitos grupos inimigos vizinhos. Esses conflitos têm como substrato as disputas por território, ora pela sua expansão ora pela manutenção.

Os relatos de conflitos não são apenas intertribais. São ricas as descrições que tratam dos conflitos entre as populações indígenas e os invasores europeus. Mostram que Martim Afonso conquistou o litoral de São Paulo aos Guaianazes, as “afrontas” praticadas pelos Guaicuru na fronteira com o Paraguai e Mato Grosso, a pertinaz resistência dos índios Guarani contra as tropas que foram demarcar o território entre o Brasil e a Espanha no Sul, ou relatam acontecimentos em uma vila próxima a União da Vitória, no Paraná, que teria sido atacada por índios “bugres (Xokleng) violentos e sanguinários” que mataram pessoas que trabalhavam na lavoura, ameaçando a utilização da estrada do Viamão. Em muitos casos aparecem as alianças de europeus com grupos indígenas, como as estabelecidas pelo Bacharel de Cananéia com os Tupi, revelando a complexidade social do processo de ocupação do novo continente, por exemplo, as invasões dos espanhóis ao presídio de Nova Coimbra, onde foram ajudados pelos Payagoazes. Outro texto conta o desastrado evento da morte dos moradores de Cunhaú pelos holandeses e

Tapuias, e no Maranhão os tumultos entre holandeses, franceses e portugueses, onde os índios eram aliados dos primeiros. Já outro autor descreve o conteúdo de vários documentos encontrados por ele na Holanda, tratando da luta dos holandeses no Brasil, enfatizando a existência de cartas em tupi, destinadas aos líderes indígenas aliados dos holandeses na invasão do Brasil.

As guerras que envolveram portugueses, franceses e holandeses, com seus aliados indígenas, ocorreram também pela disputa de territórios repletos de riquezas cobiçadas, como minérios, como foi o caso em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, com a busca de ouro e diamantes. Em outras regiões o *butin* cobiçado foram os campos para implantação de fazendas de gado, caso dos campos de Guarapuava, no Paraná, a partir de 1771, com as expedições aos sertões do Ivaí e Tibagi, e dos campos de Goitacazes, no Rio de Janeiro.

Mas não são apenas a guerra e os conflitos bélicos que pontuam as relações interculturais entre os “índios” e os “brancos” no Brasil. Existiram outras preocupações, como as dúvidas dos moradores de São Paulo sobre como tratar os índios, ou o trabalho, escrito em 1788, que propõe um plano para a civilização dos índios, bem como as normas de comportamento para serem seguidas no trato com os índios do Pará em 1798. Isso revela outro lado dessas relações que vêm sendo construídas desde 1500. Ao tratar disso, muitos dos artigos da RIHGB apontam para relações de amizade entre os europeus e os índios, ao afirmarem que Pedro Álvares Cabral foi recebido e acolhido pelos Tupinikins com festas, presentes e cerimônias. Fazem considerações sobre os Tupinambás e os franceses no processo de fundação da cidade do Rio de Janeiro. Desde esses primeiros contatos o processo de relações interculturais se complexifica com a fundação dos aldeamentos e as tentativas de disciplinamento dos índios de São Paulo, por exemplo. Dentro dessa linha de estudo são muitos os artigos que tratam do contato, estabelecimento e conservação de aldeamentos e dos processos de civilização dos índios. Outros trazem questões de ordem burocrática, como a nomeação de diretores das aldeias e questões do dia-a-dia de seu funcionamento, até as análises que enfatizam as grandes somas gastas pelo governo para reduzir e civilizar os índios, porém sem grandes resultados.

Inserir o índio no trabalho foi outro assunto em pauta na Revista do Instituto. Vários foram os relatos e muitas as propostas. Os Carajás, temidos pelo povo de Goiás, mostraram-se pacíficos e ajudaram diversas tripulações na navegação pelos rios do Brasil Central; no Piauí e no

Maranhão outras etnias trabalharam na restauração das vilas e aldeias de índios; no Sul e Sudeste outras etnias foram ativas na composição de expedições científicas, comerciais e militares; em outras partes eles trabalharam, principalmente, na construção de estradas. Dessa forma muito das reflexões feitas no IHGB pensaram nos índios como braços úteis para as capitanias, facilitando o seu desenvolvimento econômico.

O comércio com as populações indígenas também é tratado nos artigos da Revista. O comandante de Santo Antônio do Maripí, no Rio Jupurá, escreve várias cartas aos seus superiores relatando que os índios Mura vinham procurando o destacamento em paz para pedir ferramentas, oferecendo em troca tartarugas. Outro artigo relata o contato com índios Munducurus, que oferecem comida aos viajantes em troca de facas. Mas o comércio não é uma novidade. Artigos que tratam dos primeiros navegantes na costa brasileira descrevem que os índios recolhiam lenha para ser levada às caravelas e relatam a troca de mercadorias entre os brancos e os índios.

Por outro lado, apesar das alianças e das propostas de catequese, outros autores defendem que a violência seria o único meio para a rendição dos índios, uma vez que experiências pacíficas não surtiam bons resultados, pois em muitos casos os relatos dos viajantes afirmam que os índios eram violentos e não aceitavam propostas de aproximação com brancos.

Demografia

Dentre as centenas de artigos relacionados às populações indígenas publicados na RIHGB, treze tratam da quantificação dessa população. Para Mato Grosso existe o relato do número de cada etnia ou aldeamento, enfatizando a existência de várias aldeias de índios Guanas e Uaicurus, sendo os primeiros em número de 1.000 pessoas e os segundos em número de 300 pessoas. Um grande número de índios estava presente no território amazônico, chegando à cifra de 62.0000 pessoas; só na província do Amazonas o número de índios era de 6.083 pessoas de várias etnias. Outros trazem mapas populacionais dos indígenas de Rio Branco, no Acre, de vilas e povoados da província do Maranhão, alguns com 90 ou 100 pessoas. No Pará um autor descreve os índios de várias nações que compõem os povoados junto com os brancos ou povoados de índios somente.

Estudos lingüísticos

Encontramos, ao longo dos cinquenta anos de existência da RIHGB no período imperial, 15 artigos que tratam de aspectos lingüísticos das populações indígenas. Alguns são pequenos vocabulários de palavras como as dos Botocudos do Espírito Santo, vocabulários de línguas faladas no Amazonas, vocabulário da língua dos Cayuá (Guarani Kayowá) de Mato Grosso e do Paraná; um vocabulário da língua Guaná, de Mato Grosso; um vocabulário da língua Puri colhido em 1885. Outros são artigos mais elaborados, como um parecer sobre um dicionário Tupi-Português oferecido ao IHGB, ou o vocabulário da língua tupi para o inglês, escrito em 1820.

Mitos e lenda

Muito poucos são os artigos específicos sobre os mitos e lendas das populações indígenas. Encontramos apenas dois. Um faz comentários sobre a lenda de Caramuru e o outro é uma coleção de lendas indígenas colhidas na Amazônia,

Biografias

Existem seis artigos que procuram traçar a biografia de alguns personagens indígenas importantes na nossa história. O primeiro é o comentário sobre o retrato do tupinambá Quoniambebe (Cunhambebe), realizado em 1557. Outro artigo faz apontamentos sobre a vida do índio Guido Pokrane, de Mato Grosso. Também há a biografia de uma índia Caiapó batizada pelos brancos como Damiana da Cunha, talvez a única biografia de uma mulher índia. Por último, há dois artigos que tratam de Antônio Felipe Camarão, mostrando as suas qualidades realçadas pela sua participação na guerra contra os holandeses em Pernambuco.

Estudos comparativos

Um estudo comparativo discute quais povos, os da Oceania ou os do Brasil, estavam mais aptos para receber a civilização.

Arqueologia

Finalizando, há um artigo de 1871 que descreve a existência dos sambaquis no Brasil. Descreve o material encontrado no sambaqui e propõe discussão sobre cidades antigas existentes no Brasil.

Interpretações historiográficas e etnográficas

Finalizando, temos em torno de dezesseis artigos que tecem considerações acerca das interpretações historiográficas sobre a ocupação do Brasil e o trato com os índios existentes até então. Fazem considerações sobre as três raças formadoras da população brasileira, criticam os colonizadores portugueses pela forma como se apoderaram dos territórios indígenas e pelo modo como os escravizaram. Encontramos também as críticas do historiador Varnhagen sobre a historiografia dos indígenas. Outro artigo propõe análise crítica às obras escritas por historiadores e estudiosos sobre os índios brasileiros e propõe que, para se escrever a história do Brasil, deve-se começar com a época dos indígenas “autóctones e aborígenes” da América. Ainda encontramos artigos que criticam determinados relatos de eventos históricos feitos por historiadores “comprometidos ou com muita imaginação”, fazem considerações sobre a origem do nome “América” e elaboram planos para se escrever a história do Brasil.

CONCLUSÕES

A análise das interpretações contidas na Revista do IHGB nos possibilita compreender de que maneira os indígenas do Brasil estavam inseridos no contexto de discussões sobre a consolidação da nação brasileira na segunda metade do século XIX. A leitura dos artigos nos mostra as diferentes posições dos autores sobre as relações que a sociedade brasileira deveria ter com as populações indígenas. Esses autores se revelam conscientes de que estes fatores seriam essenciais para a concretização do projeto de nação que se construía naquele momento.

Dessa forma as elites políticas do Império, que produziam e viabilizavam as políticas relativas aos índios, a partir de 1839 passaram a ter na Revista do IHGB, mais que nas instituições de ensino superior onde a maioria dessa elite teve sua formação e treinamento, a principal

referência teórico-metodológica para o trato da questão indígena. Será comum verificar nos relatórios dos presidentes das províncias a reprodução das idéias e raciocínios apresentados acima, fruto da leitura do que se escrevia e debatia na Revista do IHGB. As elites dirigentes adaptaram-se a uma **proposição de mundo**⁵ construída com a intenção de impor às populações nativas do Brasil o significado do “mito da modernidade”, da “situação colonial”, da “ocidentalização” do mundo. Em suma, na perspectiva dessas elites, os índios “civilizavam-se”, “modernizavam-se”, ou seja: seriam conquistados pelas idéias ou seriam submetidos pela tecnologia militar dos conquistadores.

Manuela Carneiro da Cunha afirma que uma das características da questão indígena no século XIX foi o *estreitamento da arena* onde se debatia o que fazer com as populações indígenas. Se nos séculos anteriores havia três interlocutores (a coroa, os moradores e os padres jesuítas), no século XIX não houve *projetos ou vozes dissonantes*⁶ que discordassem do poder central. Concorro que, apesar das diferentes posições externadas pelos debates no IHGB, o objetivo final era a integração, enquadramento e sujeição das populações indígenas ao Estado nacional, fundindo-as no “povo brasileiro”. Com isso todos se harmonizavam: o Governo Imperial e os provinciais, missionários, populações brancas e as elites letradas que discutiam a questão. No entanto, reafirmo o tenso debate existente entre a elite formadora de opinião sobre a forma dessa integração. O IHGB foi o local privilegiado desses debates e a sua Revista o meio eficiente de difusão dessas idéias.

Por fim, aprofundando um estudo de caso em pesquisas sobre as relações dos grupos indígenas e a sociedade envolvente no Paraná provincial⁷, verifica-se que as populações indígenas contrapuseram-se às políticas indigenistas dos governos imperial e provincial, elaborando políticas próprias. Elas se opuseram à tomada de seus territórios e à sua dissolução na população nacional e local. Manifestaram-se através da

⁵ Essa visão de mundo - de inferioridade dos nativos americanos - teve seu auge em Hegel, que a ensinou em Berlim na década de 1830. *Estos pueblos de débil cultura perecen cuando entran en contacto con pueblos de cultura superior y más intensa. (...) La inferioridad de estos individuos se manifiesta en todo incluso en la estatura. (...) Así, pues, los americanos viven como niños que se limitan a existir, lejos de todo lo que signifique pensamientos y fines elevados.* G.W.F. HEGEL. **Lecciones sobre la filosofía de la historia universal**. Madrid, Alianza Editorial, 1986, p.169-177.

⁶ CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: **História dos Índios no Brasil**. São Paulo, Cia das Letras, 1992, p. 133.

⁷ MOTA, Lúcio Tadeu. **O aço, a cruz e a terra: índios e brancos no Paraná provincial (1853-1889)**. Assis, 1998. Tese (Doutorado em História) UNESP-Assis, SP.

violência armada, da utilização dos aldeamentos religiosos como pontos de fornecimento de objetos necessários à sua vida quotidiana, de petições para demarcação de terras e para fornecimento de mercadorias aos governos e às autoridades locais. Os grupos indígenas no Paraná traçaram políticas próprias, contrapondo-se às políticas implementadas pelos poderes imperial e local. Não foram meros espectadores das políticas traçadas no IHGB e implementadas pelas elites locais, mas sujeitos de sua história, analisando, elaborando e executando políticas que lhes propiciassem a manutenção de seus territórios e de seus modos de vida, o que deve ter ocorrido, com certeza, em outras partes do Brasil.

REFERÊNCIAS

- BADECCHI, Brasil. “Segundo Reinado”. In: *História do Brasil*. São Paulo: Didática Irradiante, 1970. p. 186-191.
- CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 59-83. 2001.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1992, p. 133.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Revista Estudos Históricos 1 – Caminhos da Historiografia*, Cpdoc, FGV, São Paulo:1988.
- MOREIRA Neto, Carlos de Araújo. *A política indigenista brasileira durante o século XIX*. Rio Claro: 1971. (Tese de Doutorado).
- MOTA, Lucio Tadeu. *O aço, a cruz e a terra: índios e brancos no Paraná provincial (1853-1889)*. Assis: 1998. (Tese de Doutorado).
- MOTA, Lúcio Tadeu. O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no Estado Nacional, *Diálogos*, 2:149-176, 1998.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, 1839-1889.

